

**ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Leitura da ata. "Ata da Nonagésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 'Estado do Pantanal'. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Dezoito da Nonagésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.882/2023, do Ministério dos Transportes; Ofícios nºs 1.146, 1.163 e 1.164/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 6.203 e 6.744/2023, do deputado federal Rodolfo Nogueira; Ofício nº 889/2023, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.042, 1.045 e 1.046/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 10.457/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 3.747/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofícios nºs 2.090 e 2.103/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Carta nº 80/2023, da Fecomércio Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Rafael Tavares, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Renato Câmara, Gleice Jane e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João César Mattogrosso, Coronel David e Pedro Kemp. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 174/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Resolução nºs 74 a 76, 78 a 82, 84 a 89/2023. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 6/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto e outros; Projetos de Lei nºs 219 e 255/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Lei nº 295/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de João Fabrício dos Santos; requerimentos de moções de aplauso, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçadas a nove autoridades, em face da iniciativa altruísta de coautoria na elaboração da 'Cartilha Autismo: Conhecer para proteger'; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às trabalhadoras e trabalhadores em educação do município de Corumbá, representados pelo Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Corumbá - Simted, na pessoa do seu presidente, senhor Gabriel Omar;

requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, representados pelo Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação - Simted; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares envolvidos em uma operação realizada com o intuito prender os integrantes de uma quadrilha especializada no furto de veículos do tipo caminhonete no estado do Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares envolvidos em uma operação denominada 'Saturação'; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao policial militar terceiro-sargento Rogério Ferreira da Silva, por salvar uma vítima de afogamento no rio Dourados, no município de Fátima do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos policiais militares sargento Ferraz e sargento Matos, pela ação ocorrida no dia 23 de agosto de 2023 no anel rodoviário doutor Ricardo Trad, distrito de Rochedinho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, pela ação conjunta entre a Denar (Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico) e a PRF (Polícia Rodoviária Federal) realizada no dia 4 de outubro do corrente ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor desembargador Sérgio Martins, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, pela classificação como finalista na categoria Inovação na Gestão da IV edição do Prêmio de Inovação promovido pela J.EX.; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, ao 6º GB - Grupamento de Bombeiros Militar de Campo Grande, e ao sargento do CBMMS senhor Thiago Kalunga, pelo treinamento de cães de busca e resgate; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às senhoras Márcia Lobo, Gabriela Delgado e Cida do Zé Bugre, vereadoras de Nova Andradina, pela participação na inauguração da Galeria das Vereadoras de Nova Andradina; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao 8º Batalhão da Polícia Militar - O Guardião do Vale do Ivinhema, através de seu comandante tenente-coronel Paulo Renato Ribeiro, estendida ao subcomandante major Yuri Fernandes de Souza e a todo o efetivo policial do Batalhão, pelos quarenta e quatro anos de sua instituição; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando que seja retificada a data da disponibilização do Plenário Júlio Maia para o dia 28 de novembro, das 13h30min às 17h30min, referente à realização de audiência pública com o objetivo de debater com a sociedade o tema: '20 anos da Lei de Cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e os desafios para a implantação das políticas de igualdade racial'; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando que seja alterada a data de reserva do Plenário Júlio Maia para a realização da Sessão Solene especial para concessão do Prêmio Fundect Pesquisador Sul-Mato-Grossense 2023, do dia 20 de novembro de 2023 para o dia 29 de novembro de 2023; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Junior Mochi, Rafael Tavares, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Jamilson Name, Coronel David, Pedro Kemp e Lidio Lopes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra a deputada Mara Caseiro. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Renato Câmara, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e agora em canal aberto, bom dia! Não há expedientes a serem lidos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos cumprimentar os alunos e professores da Escola Municipal Antônio Torquato da Silva, polo situado no distrito de Jauru, município de Coxim. Os professores que estão representando a escola são esses: Nildo Campos da Silva, Wanderleia de Arruda, Silvana Gomes Rodrigues, Carlos Alexandre Pereira, Mirian Alves da Silva, Josafá da Silva Araújo, José de Souza Silva, Merly Lemes de Paula, Daniele Lima de Paula Pinto e Juliane Pereira Nogueira. É sempre uma satisfação receber alunos e professores, para que conheçam os trabalhos desta Casa. Nós estamos ao vivo na TV aberta - canal 7.2, e estamos também na Rádio FM Assembleia Legislativa, 105.5. Os senhores deputados podem fazer os relatórios dos trabalhos e passá-los durante o dia para os cidadãos sul-mato-grossenses. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas, senhoras e senhores e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS, na pessoa do seu diretor superintendente, senhor Cláudio Jorge Mendonça, da diretora técnica, senhora Sandra Marília, e do diretor de operações, senhor Tito Manoel Sarabando Bola Estanqueiro, pela realização do EmpreendFest, ocorrido nos dias 5 e 6, de outubro de 2023. O Sebrae é uma entidade privada, cujo propósito é transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável no Brasil. O EmpreendFest foi o primeiro festival de empreendedorismo de Mato Grosso do Sul, evento gratuito, que contou com mais de trinta atividades, nos dois dias, entre elas, atrações culturais, jogos interativos com os convidados e artistas circenses. O evento teve início no dia 5, em alusão ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, e se estendeu até o dia 6. O festival contou com a participação de vários palestrantes renomados no mercado. O EmpreendFest foi realizado no espaço Arena Business, no Bosque Expo, em Campo Grande. A iniciativa atraiu mais de sete mil e quinhentas pessoas, nos dois dias, e contou com mais de oitenta expositores. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente e colegas deputados, e vou fazer uma indicação. Indico à Mesa, observados as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, solicitando que analise esta minuta que estamos apresentando de sugestão para o decreto que visa regulamentar o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul é um dos poucos estados do Centro-Oeste e do Sudeste que não regulamentaram o

Fundo de Recursos Hídricos, que é muito importante para a pesquisa, para a educação, para o desenvolvimento de ações em nosso estado. Esse fundo foi criado em 2002, e até hoje não foi regulamentado. Nós estamos trabalhando nesta proposta há mais de um ano, com várias discussões, ouvindo outros estados. Mato Grosso e São Paulo estão muito mais desenvolvidos do que Mato Grosso do Sul, que é o Estado do Pantanal. Estão, nós precisamos que tal regulamentação seja feita. E para que o governo possa colocar um ponto de partida nesta discussão, nós estamos apresentando aqui uma minuta do projeto. Discutimos o assunto com a UFMS, com a UEMS, com o Ministério Público, com várias organizações não governamentais. A minuta está pronta e tem a grande missão de fazer com que a regulamentação do fundo seja feita, para captação de recursos. Só os recursos referentes à utilização das águas superficiais do nosso estado, que são pagos principalmente pelas hidrelétricas, são da ordem de mais de 30 milhões de reais. Esse montante pode ir para o fundo e ser usado no financiamento de ações ambientais, ações em universidades, projetos educacionais, enfim. Então, este é um passo gigante que Mato Grosso do Sul pode dar com a regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. E ele está pronto aqui e está subscrito, por meio da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, pelos deputados Zeca do PT, Lucas de Lima, Neno Razuk e Rafael Tavares. E temos a coparticipação da Frente Parlamentar das Unidades de Conservação. Caso o Fundo Estadual de Recursos Hídricos seja regulamentado, ficará na história de Mato Grosso do Sul este passo inicial para o desenvolvimento de tantas áreas e ações que hoje não estão sendo desenvolvidas por falta de recursos. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a implantação do PCCR - Plano de Cargos e Carreira e Remuneração aos servidores estaduais da segurança pública que atuam em área de fronteira, para que adquiram o direito ao adicional pelo exercício de atividade considerada penosa. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Edmilson Márcio da Silva (Republicanos) e demais vereadores da Câmara de Vereadores de Ladário. Em nossa sociedade, os policiais de fronteira desempenham um papel crítico na manutenção da segurança e no combate ao tráfico de drogas, contrabando e outros crimes transfronteiriços. No entanto, é notório que, em comparação com outras forças de segurança pública, esses profissionais enfrentam desafios substanciais com relação à remuneração que recebem, observando-se que outras agências de segurança pública desfrutam de benefícios adicionais. E é preocupante perceber que os policiais de fronteiras são frequentemente deixados para trás, em termos de valorização salarial. E essa disparidade salarial pode afetar a qualidade de vida dos policiais e a motivação dos mesmos em se instalarem nos municípios fronteiriços. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia autônoma ao presidente da Agência Municipal de Transporte

e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a manutenção das sinalizações na avenida Dois, em frente à Escola Municipal Fauze Scaff, vila Nova Campo Grande. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expedientes deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, e ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, solicitando a manutenção do poste de iluminação pública localizado na rua Júlio Bais, no bairro Nova Lima. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, colegas parlamentares, imprensa e público que nos acompanha, bom dia! Quero registrar e agradecer novamente a visita dos professores, da diretora e dos alunos da Escola Antônio Torquato da Silva, do distrito de Jauru, no município de Coxim. É com satisfação que recebemos os alunos, que vieram prestigiar a nossa Sessão. Agora, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, ao senhor Flávio César Mendes de Oliveira, secretário de estado de Fazenda, e ao senhor Pedro Arlei Caravina, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, por cópias autônomas, solicitando a celebração de convênio com o município de Coxim, para que sejam feitas a cobertura da quadra poliesportiva e a construção e aparelhamento de uma sala de tecnologia na Escola Municipal Antônio Torquato da Silva, escola polo, localizada no distrito de Jauru, no município de Coxim, em atendimento ao pedido especial dos alunos e dos professores da referida escola, que, hoje, dia 26 de outubro, estão nos visitando. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, e ao magnífico reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, professor doutor Laércio Alves de Carvalho, e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, por cópias autônomas, solicitando que seja analisada a possibilidade de se implementar um Campus da UEMS, com licenciaturas, pós-graduações e extensões, no intuito de ofertar ensino superior gratuito à população do município da Costa Rica. Esta proposta atende à solicitação da vereadora Professora Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral, da Câmara Municipal. Documentação anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivos das Polícias Civil e Militar do município de São Gabriel, por conta do aumento expressivo da criminalidade e da sensação de insegurança, fatos assim relatados através do Ofício nº 024/2023, da vereadora Kalícia de Brito, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, que segue anexo. Quero apresentar também um projeto. Eu vou ler o texto. "Artigo 1º - Fica incluído no anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o evento denominado 'Festa de Nossa Senhora Aparecida de Sonora', a ser realizada anualmente entre os dias 13 a 12 de outubro". Por fim, quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de

congratulação ao tenente-coronel James Magno Moraes Silveira, comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade do município de Coxim e região... Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu penso que, assim como eu, os demais parlamentares desta Casa devem ter recebido centenas de mensagens dos servidores administrativos do estado de Mato Grosso do Sul. Eu recebi centenas, não sei precisar a quantidade, porque foram muitas; meu celular até travou. Os servidores solicitam que esta Casa faça gestão junto ao governo do estado para viabilizar o aumento do abono que eles recebem de 100 reais para 400 reais. Houve uma discussão na mesa de negociações, assim nos relatou o presidente da Fetems, Jaime Teixeira. Depois isso saiu de pauta. Então, os servidores pedem que nós façamos essa interlocução junto ao governador. Os administrativos recebem os menores salários entre os servidores públicos do estado de Mato Grosso do Sul, por isso é fundamental que o Executivo lhes conceda esse benefício. Era o que eu tinha, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas! Eu também quero cumprimentar os estudantes da nossa querida Coxim, cidade do deputado Junior Mochi, e também os professores, coordenadores e diretores que também se fazem presentes. Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Na mesma seara do deputado Junior Mochi, eu também fiz alguns contatos, inclusive com o secretário, naquele momento ele estava na estrada, o sinal estava muito ruim, mas ele me disse que o estudo referente ao abono dos servidores administrativos está com a secretária Ana Nardes. Então, nós esperamos uma resposta e esperamos que os servidores administrativos sejam atendidos, porque o salário deles está muito abaixo do que eles merecem. Bem, agora eu tenho uma indicação para fazer. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a adequação da rede elétrica e a instalação de aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula e nos setores administrativos de todas as escolas da rede pública do nosso estado. As escolas municipais do estado atendem aproximadamente cento e oitenta mil alunos, distribuídos em trezentas e quarenta e oito unidades escolares, sendo que, destas, cento e setenta e duas oferecem ensino integral. O número elevado de alunos matriculados indica a necessidade de que o ambiente escolar seja confortável, não só para os alunos, mas também para os professores e os administrativos. As altas temperaturas em nosso estado fazem com que a sensação térmica chegue a níveis insuportáveis, impedindo que os alunos atinjam seu máximo rendimento escolar, fato extremamente prejudicial que refletirá em toda a trajetória dos mesmos. O corpo administrativo também sofre grandes impactos por conta da falta de ar-condicionados,

já que o ambiente se torna bastante desconfortável. Eu digo que hoje ar-condicionado não é mais um luxo, é uma necessidade. O calor que está fazendo em nosso estado é absurdo; logo, está insuportável ficar em uma sala de aula sem o ar-condicionado. Portanto, solicitamos que o Executivo verifique quanto custa para instalar aparelhos de ar-condicionado em todas as escolas da Rede Pública de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a implantação de subestação de energia elétrica na região da comunidade do Recanto dos Pintados, no município de Corguinho. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Adalzizo Ribeiro Paraguaçu. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes, solicitando a implantação de uma subestação de energia elétrica no município de Caracol. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Meire Leite Vieira. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, sexta-feira agora nós vamos comemorar o Dia do Servidor Público, e eu quero parabenizar, e agradecer, toda a equipe da Escola do Legislativo. Quero agradecer à Mesa Diretora, em nome de Vossa Excelência, presidente, que nos deu todo o apoio, para que conseguíssemos realizar várias atividades aqui na Assembleia. Nós começamos no dia 23, segunda-feira, com a palestra 'Vida Próspera', ministrada pelo psicólogo Luciano Coppini. No dia 24, nós tivemos o depoimento de três mulheres que superaram o câncer de mama, e uma delas fui eu. Agradeço a Deus por isso. Mas nós tivemos ali dois depoimentos de muita sensibilidade, com destaque para o da Elisa, porque ela teve metástase. E o depoimento dela nos leva, primeiro, à necessidade de fazermos o autoexame e, segundo, à superação. Hoje, nós temos uma medicina avançada, graças a Deus. Nós estamos no 'Outubro Rosa', e precisamos falar sobre isso. E a Elisa é um exemplo de superação. Ela recebeu o diagnóstico, está em tratamento, e nunca desistiu. Ela disse: "Eu vou ter de fazer tratamento o resto da vida; mas isso não importa". Ela tem câncer no pulmão, nódulos no fígado, e conseguiu reduzir as feridas a pontos apenas. Ela está lutando. Quero ressaltar a importância das atividades que fizemos na semana do servidor. Ontem, nós tivemos também o 'Cuidando do Servidor'. Foram utilizados aparelhos de massagem e outros. Os seguranças tiveram um treinamento para utilização do desfibrilador automático externo, que é de extrema importância e pode salvar vidas. Hoje tivemos uma atividade voltada para os aposentados; tivemos, inclusive, a apresentação do coral, que tem vários aposentados, que muito nos orgulham. Teremos o visagismo óptico, com a Amanda Constância Pereira; a bioimpedância, com o Magrass Centro de Estéticas de Emagrecimento; teremos aula de yoga e massagem também. E amanhã nós teremos um aulão de produção de texto oficial. Bom. Parabéns à equipe da Escola do Legislativo! Parabéns a todos os servidores públicos do nosso estado, que fazem a coisa acontecer e que servem a

população! Quero agradecer a presença do Daniel, que faz um serviço de excelência. Eu estive em sua entidade. Vocês fazem um belo trabalho com crianças e jovens. Isso muito nos alegra. Você trata com muita responsabilidade e seriedade a música e todos os dons que ela nos traz. Parabéns! Que Deus os abençoe! Contem com esta Casa de Leis. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e todos que acompanham a nossa Sessão. Eu quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Trânsito, solicitando a implantação de sinalização no entorno da Escola Visconde de Cuiuru, localizada na rua Antônio Maria Coelho, nº 1108. Solicito ainda que seja disponibilizado um guarda de trânsito que atenda o local diariamente, com a finalidade de garantir segurança à comunidade escolar. Esta solicitação chegou ao nosso gabinete por meio de pedidos da comunidade nas redes sociais e dos diretores da escola, que estão preocupados com a segurança e o bem-estar dos alunos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a reinstalação de placas de identificação na rodovia José Xavier Prates, nos trechos da MS- 276 e MS- 795. Este pedido foi formulado pelos municípios de Anaurilândia e região, haja vista que, recentemente, foram realizadas obras de manutenção da rodovia que ensejaram a remoção das placas de identificação. Dessa forma, solicitamos que as placas sejam reinstaladas, na forma da Lei nº 1.176, de 19 de julho de 1991. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a urbanização e asfaltamento do Jardim Itatiaia. Solicitamos atenção especial às ruas Manuel Olegário da Silva, Norberto Ribeiro de Souza, Ayd Saravy de Souza, Auri Vasconcelos, Ercy Cunha, Heitor Laburu, Bráulio de Souza, Sebastião dos Santos, Assef Buainaim e Ubaldino Saravy. A referida solicitação é fruto de reivindicação antiga dos moradores, que esperam há mais de dez anos a urbanização e o asfaltamento do bairro, que já deveriam ter sido feitos na inauguração do bairro. Os moradores clamam pela solução do problema. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Marcos Benites, vereador do município de Paranaíba; da senhora Edneide de Carvalho, vereadora do município de Bodoquena; e do senhor Ayrton Ferreira, vereador do município de Bodoquena. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT, que, por dois dias, representou-nos em Brasília. Ele tem muitas novidades para Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Na medida que Vossa Excelência, com toda autoridade, levanta a questão dos dois dias que estive em Brasília, quero falar a esta Casa da minha agenda no Congresso. Quero dizer a Vossa Excelência e aos colegas deputados que eu nunca voltei de Brasília tão motivado como voltei ontem. E olhe que inúmeras vezes, como deputado estadual, como governador por oito anos, como deputado federal, estive em Brasília pleiteando aquilo que interessava, ou que interessa, ao nosso estado. Querido deputado Coronel David, eu e o deputado Vander Loubet, por exemplo, estivemos na Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), e o secretário especial vem a Mato Grosso do Sul, à cidade da querida deputada Gleice Jane, a fim de fazer uma audiência pública para nós definirmos um novo sistema para resolver o problema de abastecimento de água nas comunidades indígenas, minha querida deputada Mara Caseiro. E o secretário especial determinou que seja feito um levantamento imediato dos medicamentos que estão faltando nas comunidades, para que o abastecimento seja feito. Graças a Deus, o governo Lula começa a trabalhar com a ideia de acabar com o convênio firmado com a Missão Caiuá e buscar uma alternativa que democratize e dê seriedade ao tratamento odontológico oferecido às comunidades indígenas, com outro sistema. Também estive no Banco do Brasil, com o vice-presidente, porque a presidente estava numa audiência com o Lula, e o meu objetivo lá foi reivindicar um atendimento civilizado aos agricultores da agricultura familiar. É inadmissível que o grande produtor, meu querido Hashioka, vá ao banco e seja tratado a pão-de-ló, com água gelada e cafezinho, e que o pequeno produtor não possa nem entrar na agência. Agora estão fazendo uma regulamentação para normatizar isso e orientar o pessoal, até porque já dividiram a diretoria em duas: Diretoria de Agro e Diretoria de Agricultura Familiar. Estivemos na FNDE, Fundo Nacional, e ficou garantido 1 milhão de reais para cada escola agrícola de Itaquiraí e de Rio Brilhante. E eu já disse que, para o ano que vem, queremos 1 milhão de reais a mais, para fazermos a escola agrícola de Sidrolândia. Estivemos na Conab, o presidente da Conab, Edgar Preto, que é filho de um grande amigo meu, saudoso e querido Adão Preto; e nós estamos encaminhando a esta Casa um projeto que ele apresentou na Assembleia do Rio grande do Sul, criando o 'Selo da Agricultura Familiar'. O governador do nosso estado, Eduardo Riedel, tem a maior sensibilidade com a agricultura familiar. No entanto, muitas vezes, a lagro apreende o que o pequeno agricultor produz, e não pode ser assim. Por último, estivemos com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, senhor Paulo Teixeira, que vem ao estado em novembro, e por sugestão nossa, do Brasil Trifásico, o governo do Lula deve lançar o programa 'Brasil, Sol para Todos'. A intenção é atender todas as comunidades indígenas, quilombolas e assentados com energia solar, que é muito mais barata. O ministro deve vir lançar esse programa aqui. Por último, quero dizer que estamos trabalhando com a ideia de pegar o prédio onde era a escola do reverendo Moon e transformá-lo numa escola agrícola. Portanto, senhor presidente, a expectativa é a melhor possível, meu querido Pedro Kemp, com relação às ações que serão feitas, para que possamos modernizar a agricultura familiar e fazê-la avançar. Afinal de contas, meu querido Coronel David, nós trabalhamos com o slogan "Brasil no rumo certo". Senhor presidente, agora eu quero apresentar minhas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, e ao secretário executivo de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a disponibilização de patrulha mecanizada,

com implementos, para a agricultores familiares da comunidade quilombola Santa Teresa, localizada no município de Figueirão. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, grande figura, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando, com urgência, a execução do serviço de patrolamento, encascalhamento e reforma das fontes de madeira da rodovia MS-345, entre o perímetro urbano de Aquidauana e o final dos assentamentos Indaiá 1, 2, 3 e 4, no município de Aquidauana. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados! Bom dia, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pela Rádio FM Assembleia! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, mediante cópias autônomas, solicitando a limpeza dos bueiros na rua Wander Bambil Peixoto, próximo ao número 72, no Jardim Aero Rancho. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, mediante cópias autônomas, solicitando a manutenção de postes de iluminação pública na rua Rosa Maria Lopes, no bairro Nova Lima. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, mediante cópias autônomas, solicitando, em caráter de urgência, a remoção de uma árvore na avenida dos Cafezais, no Jardim Marajoara. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de uma faixa elevada na rua Marquês de Lavradio, entre os números 86 e 128, Jardim São Lourenço. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a pintura de quebra-molas na rua Raquel Queiroz, próximo ao número 2.285, no bairro Aero Rancho. Para finalizar, presidente, quero dizer que eu também recebi várias mensagens de servidores administrativos da educação referente ao aumento do valor do abono que eles recebem, uma vez que, hoje, eles recebem o menor salário da educação. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, eu gostaria de lhe pedir licença para me retirar, porque o senhor determinou que eu, como coordenador da Frente Parlamentar da Rota Bioceânica, represente a Assembleia no evento que se realiza no Bioparque, com a presença do ministro Parkinson, de senadores e autoridades do Paraguai, do Chile e da Argentina. Estou indo para lá. Antes, porém, está ali o deputado Londres Machado e o vice-líder do governo, e quero reconhecer publicamente que eu não esperava um gesto de tamanha grandiosidade da parte do governo Eduardo Riedel em contemplar na proposta orçamentária o quantitativo de recursos que sugeriu o deputado Londres para a agricultura familiar. O governo Riedel demonstra o que Vossa Excelência e o meu parente Pedrossian Neto representam aqui, absoluta sensibilidade à causa da agricultura familiar. Pode ter certeza que nós vamos fazer o máximo possível para levar a paz ao campo, como o governo Riedel quer. Queremos paz no campo com reforma agrária, com desenvolvimento e com melhorias para a agricultura familiar. Está de parabéns o governo Riedel. Espero que os membros da comissão tenham a sensibilidade de não mexer no dinheiro da agricultura familiar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta inscrição foi feita depois do prazo de encerramento. Eu vou abrir exceção, mas nós precisamos cumprir o Regimento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Tem de orientá-lo a se inscrever. Senhor presidente, eu pedi a palavra para me manifestar, assim como os outros deputados o fizeram, sobre as mensagens que estamos recebendo dos servidores administrativos da educação. Os administrativos estão reivindicando que esta Casa faça gestões junto ao governo do estado para tratar do abono que eles recebem. Havia uma negociação em andamento referente ao aumento do auxílio alimentação para 400 reais. Infelizmente essa negociação ficou emperrada. O governo do estado pode reabrir essa negociação, já que sua situação financeira permite, hoje, um diálogo mais aberto com a categoria, que recebe o menor salário entre todos os servidores de Mato Grosso do Sul. Então nós gostaríamos de reforçar essa reivindicação dos servidores administrativos. Quero sugerir que Vossa Excelência autorize que uma comissão da Assembleia vá conversar com a secretária Ana Nardes sobre o estudo que está sendo feito lá no

Executivo. Esperamos que até o final do ano o governo dê uma resposta positiva para os servidores administrativos. Faço coro junto aos demais deputados que já se manifestaram. A reivindicação dos administrativos é justa, pois eles recebem o menor salário de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito obrigado, presidente, deputado Gerson Claro. Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Quero cumprimentar meu amigo Daniel e sua equipe do Projeto Som e Vida, esse projeto fantástico, que tem resgatado muitas vidas. Senhor presidente eu quero fazer aqui uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a disponibilização de um local adequado para continuidade das aulas da Escola Estadual Professora Lígia Terezinha Martins, que se encontra em reforma, no município de Rio Brillhante. A presente indicação atende ao pedido do vereador Venizelos Papacosta Neto, através do Ofício nº 116/2023. Justificativa anexa. Presidente, na mesma esteira do deputado Pedro Kemp, do deputado Lucas de Lima e dos demais colegas que aqui se manifestaram sobre a situação dos servidores administrativos da educação, quero solicitar que o governo do estado atenda a classe administrativa da educação, que, realmente, recebe um dos menores salários entre os servidores de Mato Grosso do Sul. A gente sabe da dificuldade do governo, mas esperamos que ele veja com bons olhos essa questão do reajuste do auxílio dos servidores. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero registrar que alguns deputados trataram deste assunto nos programas de reestruturação que foram feitos ano passado, no momento da revisão geral anual foi discutido o fato de que os administrativos recebem o menor salário entre os servidores do estado. Agora, na data-base dos professores ficou pactuada — inclusive com a Fetems, que, em razão de o estado ter de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, em razão de que o estado já estava no limite de alerta — a possibilidade então de se considerar o abono ou a melhoria no auxílio alimentação. E o estudo está pronto para ser apresentado ao governador. Não são dos deputados que executam o orçamento, mas eu costumo dizer que, se nós pudéssemos, nós dobraríamos o salário de todo mundo. Quero registrar que todos os deputados desta Casa estão empenhados neste caso dos administrativos. Os vinte e quatro deputados deste Parlamento são parceiros nesta luta. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria da deputada Gleice Jane: quatro projetos de resolução (Prot. nºs 05189/2023, 05186/2023, 05187/2023, 05188/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 05752/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de resolução (Prot. nº 05607/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de resolução (Prot. nº 05401/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de resolução (Prot. nº 05191/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 05767/2023); três projetos de resolução (Prot. nºs 05407/2023, 05408/2023, 05406/2023). De autoria do deputado Rafael

Tavares: vinte e três indicações (Prot. nºs 05810/2023, 05811/2023, 05769/2023, 05768/2023, 05770/2023, 05771/2023, 05757/2023, 5755/2023, 05754/2023, 05756/2023, 05772/2023, 05773/2023, 05779/2023, 05780/2023, 05781/2023, 05745/2023, 05744/2023, 05743/2023, 05742/2023, 05741/2023, 05740/2023, 05728/2023, 05727/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: um projeto de resolução (Prot. nº 05166/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 05753/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 05706/2023, 05726/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 05725/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 05799/2023, 05798/2023). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de 29 minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente! Bom dia, deputadas e deputados e público que nos assiste! Eu venho à tribuna para falar do mesmo assunto já abordado aqui por outros colegas, o abono dos servidores administrativos da educação. Nós deputados recebemos um bombardeio de mensagens de servidores da categoria, os quais solicitam atenção especial. Diante disso, quero colaborar neste debate, porque sou professora e acompanho de perto a vida desse pessoal. E ao dialogar com a categoria, a gente percebe quão difícil é estar nesse lugar ocupado pelos administrativos. Em determinado momento, deputado Professor Rinaldo, pela falta de servidores, por conta da não abertura de concurso público, eu me coloquei à disposição da direção para ajudar no que fosse preciso. Não havia servidores em quantidade suficiente para varrer todas as salas de aula. Aí nós reuníamos os professores e os alunos e varriamos as salas e tirávamos o lixo para colaborar com o pessoal da limpeza. Aliás, esta é uma pauta importante, o governo precisa abrir concurso. E certa vez, quando a aula acabou, os alunos saíram, eu peguei a vassoura e fui varrer a sala. E cada cadeira tem um peso diferente. Olhe, após varrer apenas uma sala de aula, eu fui embora com o corpo dolorido. O trabalho dos servidores administrativos é pesado. As mulheres que trabalham na cozinha — eu estou dizendo 'mulheres' porque elas são a maioria, mas há homens na cozinha também — lidam com panelas enormes. Descascar legumes também demanda um esforço físico muito grande. Hoje, os servidores administrativos da educação estão solicitando que o auxílio que recebem seja aumentado de 100 reais para 300 reais. Parece pouco 300 a mais no salário, mas para elas e para eles esse valor é muito significativo. O salário deles, é o que sobra, gira em torno de 600, 800 reais por mês. Com esse valor eles têm de comprar alimento, remédios, e tudo mais. No entanto, como esse valor não é suficiente, os administrativos volta e meia precisam pegar empréstimo bancário. Quando surge um problema de saúde na família ou uma conta fora do orçamento, eles fazem empréstimo. Alguns trabalhadores me mostraram seus holerites. Quando eles têm empréstimo, sobra-lhes, em média, 400, 500 reais por mês. Portanto, a situação do grupo administrativo da educação básica, hoje, é desesperadora. Acho que não há como continuar desta maneira. Logo, é importante que esta Casa faça uma força-tarefa e busque junto ao Executivo uma solução para este problema...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Primeiro, eu quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer este assunto à tribuna. Eu também estou inscrito para usar da palavra hoje, e pretendo abordar este assunto também. Acredito que ontem todos nós deputados desta Casa recebemos mensagens de centenas servidores administrativos da educação com pedidos de socorro. Eu acredito muito na sensibilidade do governo do estado. Nós estamos na expectativa de que ele atenderá a categoria. Este pleito é procedente, é verdadeiro. Eu era professor, visitei recentemente várias escolas, conversei com o pessoal, portanto eu sei como é a situação. Vossa Excelência faz aqui um relato verdadeiro. Os servidores da educação, não só os professores, adquirem várias patologias. Eu conversei com o governador Eduardo Riedel, expus a situação para ele, e ele tem noção da realidade. Nós esperamos que a categoria seja atendida. Ao mesmo tempo, aproveitando que estamos na véspera do Dia do Servidor, quero parabenizar os servidores públicos do nosso estado. Eu sou servidor há trinta e oito anos, deputada Gleice Jane. Portanto, sei que, além de investimentos em infraestrutura, é preciso investir no servidor, para que ele trabalhe feliz, bem humorado, enfim. A sociedade critica os servidores, diz que eles ganham muito e não fazem nada. Já ouvimos isso muitas vezes, não é? Eu trabalhei na Universidade Federal. Todo ano ocorria greve. E o pessoal nos tratava mal. Lógico que há servidores públicos que não dão bom testemunho; mas a grande maioria deles é do bem, é comprometida com o serviço público. O cidadão, que paga nosso salário, precisa ser atendido de forma adequada e humanizada. Por isso, os servidores precisam de condições para trabalhar e atender bem o cidadão, que é nosso verdadeiro patrão. Parabéns a todos os servidores públicos do nosso estado, em especial àqueles que ganham menos, que são os administrativos da educação. Parabéns aos servidores desta Casa, na pessoa do nosso querido diretor financeiro Jericó e da nossa querida Severina, os mais antigos trabalhadores da Alems. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigado, deputado Professor Rinaldo. Eu incorporo seu aparte ao meu discurso. O senhor Jericó é de Dourados, é queridíssimo, tem muitas informações sobre a cidade, é uma pessoa incrível. Bem, dando sequência ao meu pronunciamento, quero falar da importância do servidor administrativo da escola. Além da limpeza, do cuidado com o prédio, com o alimento e com as burocracias da escola, há uma demanda na educação básica que cresce todos os anos, que é o cuidado com o lado emocional dos alunos. Esta pauta vem para nós todos os inícios de ano como forma de capacitação, para que possamos cuidar do emocional dos alunos. E os trabalhadores reclamam que nós cuidamos do emocional dos alunos e que ninguém cuida do emocional daqueles que trabalham com os alunos. Não existe esse cuidado com o servidor público. Nesse sentido, é importante ressaltar que os administrativos da escola têm uma função essencial, são aqueles que circulam pela escola. E toda escola tem aquele servidor querido, que todo o mundo conhece, que garante segurança a todos. Na Escola Reis Veloso, onde eu trabalhava, no período matutino nós tínhamos a Zildinha. Todo mundo sabia que a Zildinha dava suporte a todos. Sempre que alguém precisava de algo, recorria a ela, tanto nós quanto os alunos.

E de tarde era a Lurdinha essa pessoa. Pessoas assim sempre têm apelidos carinhosos e elas são essenciais no trabalho e no desenvolvimento da escola. Por isso, nós precisamos valorizar o serviço administrativo da escola, que não é um serviço meramente técnico, é um serviço humanizado. Nós precisamos cuidar dessas pessoas e valorizá-las com um salário melhor. Os administrativos disseram que receberam recentemente 5% de reajuste salarial. Isso significou cerca de sessenta a oitenta reais. No entanto, as medidas adotadas pela Cassems significaram uma perda de mais de cem reais. Ou seja, ganharam de sessenta a oitenta reais, mas perderam mais de cem reais. No final das contas, eles acabaram perdendo. É importante a gente se juntar e fortalecer a luta dos servidores administrativos da educação. Para finalizar, quero parabenizar os servidores de todos os segmentos. Ser servidor significa servir ao próximo, significa garantir dignidade para as pessoas. Então hoje nós estamos aqui parabenizando as pessoas que cuidam do estado de Mato Grosso do Sul. É fundamental pensarmos dessa forma. Quanto mais valorizarmos as pessoas que estão nesse trabalho, melhor será o atendimento à população sul-mato-grossense. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Quero, novamente, cumprimentar, em nome dos colegas deputados, os servidores da Assembleia Legislativa pelo Dia do Servidor Público, que será comemorado dia 28. Vamos aproveitar e dar nossos parabéns ao vovô Paulo Corrêa. Esta noite ele ganhou mais um presente de Deus, mais um netinho. Que Deus o abençoe. Mais um corinthiano para ganhar pelo menos do Cuiabá... Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há vinte e três deputados presentes. Portanto há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Lucas Leandro Vaz, vereador do município de Bonito. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Em redação final. Projeto de Lei Complementar nº 06/2023. Autor: deputado Pedrossian Neto. Coautores: deputados Junior Mochi, Professor Rinaldo e Antonio Vaz. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 06/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT)

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Zeca do PT está nos representando num evento, mas a presença dele está registrada. Desde semana passada estamos contando com a presença de todos os colegas deputados

nas sessões. Alguns deputados estão no Plenário, mas não votaram. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Agora, vamos votar os projetos de resolução de outorga do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense e da Comenda do Mérito Legislativo. Votação em bloco, da mesma forma que fizemos ontem. Itens 2 a 12. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Os deputados que não os aprovam, manifestem-se... Aprovados. Vão ao Expediente. Então faremos a votação em bloco. Itens 2 a 12. Projetos de resolução de outorga de Títulos de Cidadãos Sul-Mato-Grossenses e de Comendas do Mérito Legislativo.

Projetos de Resolução nºs 073, 090, 091, 092, 093, 094, 096, 097, 098, 099 e 102/2023, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Lucas de Lima, Lia Nogueira, Neno Razuk e Lidio Lopes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu voto não no Item 6 e sim nos demais itens.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado, seu voto contrário.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte votos favoráveis nos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12; dezenove votos favoráveis no Item 6 e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovados. Vão ao Expediente. Eu vou ler os nomes dos agraciados e dos seus respectivos homenageadores: senhora Adélia Mineko Guenka, Comenda do Mérito Legislativo, autoria do deputado Renato Câmara; senhora Lauriene Seraguza Olegário e Souza, Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, autoria da deputada Gleice Jane; senhora Leila Rocha, Comenda do Mérito Legislativo, autoria da deputada Gleice Jane; senhora Teodora de Souza, Comenda do Mérito Legislativo, autoria da deputada Gleice Jane; senhor Ilmar Renato Granja Fonseca, Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, autoria da deputada Gleice Jane; senhor Gilson Pires de Queiroz, Comenda do Mérito Legislativo, autoria do deputado Lucas de Lima; senhor João Fabrício dos Santos, 'in

memoriam', Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, autoria da deputada Lia Nogueira; senhora Liandra Ana Brambilla, Comenda do Mérito Legislativo, autoria do deputado Neno Razuk; senhor Nelson Wilians, Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, autoria do deputado Neno Razuk; senhor Ademar Vieira Júnior, Comenda do Mérito Legislativo, autoria do deputado Neno Razuk; senhor Carlos Augusto Borges, Comenda do Mérito Legislativo, autoria do deputado Lidio Lopes. A homenagem será realizada no dia 31 do corrente mês, no Palácio Popular da Cultura. Item 13. Projeto de Lei nº 286/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Declara de utilidade pública estadual o 'Projeto Som e Vida', no município de Campo Grande." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 286/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Quero parabenizar a deputada Mara Caseiro por apresentar este projeto de utilidade pública e parabenizar também o Daniel e toda a equipe do Projeto Som e Vida. Eu digo com o maior orgulho que iniciei

este projeto juntamente com o Daniel. Eu tive a oportunidade de comprar os primeiros instrumentos musicais para o local; vi o projeto crescer e o acompanhei *pari passu* por muitos anos; fui mantenedor deste projeto, que se tornou bastante grande. Parabéns ao Daniel e à sua equipe pelo trabalho desenvolvido na região da Cohab. Hoje, o Som e Vida atende mais de cento e vinte alunos. Todo fim de ano tem uma formatura fantástica, inclusive nós realizamos muitas delas. Deputado Londres Machado, eu consegui abrir outro novo projeto, que nós tocamos aqui na região do bairro Tiradentes. No contraturno das escolas, nós levamos as crianças para aprender música, porque é comprovado que a música muda o comportamento. Muitas pessoas que participaram de projetos sociais, hoje, fazem parte de bandas, como por exemplo do Exército, da Aeronáutica, da Banda Municipal de Campo Grande, enfim. Portanto, vale a pena investir nesse tipo de projeto. Eu me sinto orgulhoso da parceria que tive com o Projeto Som e Vida. Grande abraço. Que Deus os abençoe. Voto sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Hoje eu falei do Projeto Som e Vida. Estão aqui o Daniel e alguns integrantes do projeto. Como disse o deputado Lidio Lopes, a música transforma. Ontem a orquestra fez uma rápida apresentação para mim. O brilho no olhar e o dom das crianças e dos jovens são notórios. Colocar para fora o potencial artístico das crianças é muito importante. A música muda vidas. Quero parabenizar o Daniel porque ele é um batalhador, é uma pessoa que acredita na cultura e na arte. Hoje ele me disse que está com mais de duzentos alunos. O projeto oferece aulas de violão, flauta, violino, canto etc. Que Deus abençoe o Daniel. Que ele continue fazendo esse trabalho que transforma vidas. Voto sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu só esqueci de dizer que o Som e Música começou na casa do Daniel, ele se mudou do local para a gente poder montar o projeto. E a filha dele, a Daniele, que está aqui, começou a estudar música lá, depois ela ingressou, deputado Pedro Kemp, na Universidade Federal e se formou como profissional da música; hoje ela é maestrina na Universidade Federal e dá aula no projeto. Quer dizer, o Som e Música é familiar. O projeto cresceu muito. Vale a pena ver, acompanhar e ajudar esse projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 14. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 256/2023. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao município de Anaurilândia, as benfeitorias que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 256/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 15. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 295/2023. Autor: Poder Executivo. "Institui o 'Programa Cuidar de Quem Cuida', no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 295/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu não poderia deixar de enaltecer este projeto, que vai atender aqueles que cuidam do outro. Então, é cuidar de quem cuida. Nosso país está envelhecendo, e nosso estado também. Logo, é fundamental que as pessoas idosas e as pessoas com deficiência que não têm condições de fazer suas necessidades sozinhas tenham um cuidador. Quero parabenizar o governo do estado pela iniciativa. A Assembleia aprova a proposta com o maior prazer.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 16. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quarenta indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, nós já pedimos destaque do Requerimento nº 4949/2023 e agora queremos pedir destaque do requerimento de autoria do deputado Rafael Tavares, esse não tem número.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O número deste é 5.535.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está ótimo. Destaque para os Requerimentos nºs 4.949 e 5.535.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de pedir destaque do Requerimento nº 5.639.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Então os três requerimentos estão em destaque. Em votação as indicações e as moções. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Agora vamos votar os requerimentos em destaque, como fizemos ontem. O deputado Rafael Tavares não está presente, logo o requerimento dele está prejudicado. O requerimento do deputado João Henrique será votado, e também o Requerimento nº 5.639.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O que nós vamos votar primeiro?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já fizemos a votação em bloco; agora vamos votar os requerimentos em destaque. Vamos votar o Requerimento nº 5.639.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mas a deputada Gleice Jane pediu destaque dele.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O Requerimento nº 5.639 cria a Frente Parlamentar Invasão Zero. Assinam os deputados Coronel David, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Jamilson Name e outros. Frente Parlamentar nem precisa de requerimento...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto... Item 1. Requerimento nº 5.639. Em discussão... Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu pedi destaque deste requerimento. As frentes parlamentares são sempre importantes. A gente nem costuma discutir aqui se algum parlamentar pode ou não abrir uma frente parlamentar. Agora, a proposta de criação da Frente Parlamentar Invasão Zero me chamou a atenção. Eu disse: que interessante, a gente vai poder aprofundar o debate sobre o que vem a ser invasão, retomada e ocupação. Aliás, nós poderíamos discutir o assunto sob o olhar dos Avás, dos Karaís... A gente poderia aprofundar os debates estratégicos de Mato Grosso do Sul. É um tipo de invasão passar agrotóxico em frente às casas das pessoas e impedi-las de respirar dentro de suas próprias casas, como aconteceu num bairro aqui de Campo Grande? Nós poderíamos fazer um debate sobre isso. Quando eu comecei a ler a justificativa, logo percebi que se trata, na verdade, de uma frente parlamentar para discutir exclusivamente as pautas dos indígenas e dos movimentos sociais. Mas o que mais me chamou a atenção foi a parte final. Diz o seguinte: "...mesmo reconhecendo de forma subsidiária a importância do processo de reforma agrária, não é possível aceitar a penalização do agronegócio gaúcho, que, ao longo do tempo, sempre se mostrou a principal pilastra da economia gaúcha...". Então, eu gostaria de entender

porque a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul está propondo a criação de uma frente parlamentar para debater assuntos relacionados ao estado do Rio Grande do Sul. Obrigada, presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, várias pessoas são signatárias deste documento. E quando o assunto é frente parlamentar, a gente nem percebe, até porque aqui há dezenas de frentes parlamentares. E levando-se em consideração que o precursor da ideia não está presente, eu gostaria de pedir vista do requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista concedido a Vossa Excelência, até por conta da observação magistral feita pela deputada Gleice Jane.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, já que o deputado professor Rinaldo pediu vista, ele poderia pedir para o autor corrigir a parte do texto que fala de agronegócio gaúcho e tal. Acho que fizeram uma cópia da proposta e se esqueceram de apagar 'Rio Grande do Sul' e colocar 'Mato Grosso do Sul'.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estado do Pantanal.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Futuro Estado do Pantanal.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com este pedido de vista, teremos o tempo necessário para fazer essas correções.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está retirado de pauta para vista o Item 1. Deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Essas discussões precisam ser feitas. Acho meritória a criação dessa frente parlamentar. Terça-feira eu estava em agenda lá em Três Lagos, discutindo a reforma tributária do nosso estado. Portanto, não pude ser um dos signatários da Frente Parlamentar Invasão Zero. Eu defendo a 'invasão zero' em nosso estado. Quero solicitar ao proponente que inclua o meu nome na relação de signatários. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agora, vamos votar o Item 2.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente. Eu quero discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Requerimento nº 4.949/2023. Autor: deputado João Henrique. "Solicita encaminhamento de expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao secretário Hélio Peluffo a respeito do Processo nº 5.7002/2021 que solicita a execução de serviços de implantação de rodovias primárias, acesso ao Taquari, trecho 214." Em discussão o Requerimento nº 4.949/2023.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu subo à tribuna para fazer a defesa do requerimento de informações que fizemos ao governo do estado. O deputado Coronel David teve a iniciativa, muito pertinente, deputado Lidio Lopes, de encaminhar à Prefeitura de Campo Grande um requerimento de informações sobre contratações de serviços de pavimentação asfáltica no município. E esta Casa votou rapidamente o requerimento dele. E eu tive o cuidado de, no mesmo dia, deputado Lidio Lopes, formular um requerimento idêntico ao dele, um pouco mais detalhado apenas, porque eu quero tomar conhecimento do assunto. Estimava-se a contratação de vinte, trinta milhões de reais com essas empresas. Com uma delas a estimativa é de que a contratação, de todos os contratos, em aproximadamente 700 milhões de reais, em contratação, deputado Lidio Lopes. Então, nós pegamos alguns contratos e pinçamos algumas informações para sabermos dos aditivos, da execução, das medições, para que possamos, deputado Lidio, cumprir o nosso dever de fiscalização constitucional e legal. Quando da votação do requerimento contra a Prefeitura de Campo Grande, eu fiz questão de pedir o destaque, para que nós pudéssemos chegar, deputado Lidio Lopes, deputado Junior Mochi, exatamente a este momento. Nossa intenção era entender se a base do governo construída aqui nesta Casa teria o mesmo posicionamento, diante da mesma empresa, dos mesmos tipos de contrato, contra a prefeitura e contra o governo. Porque, se nós pegarmos o extrato de votação, veremos que nós tivemos no mesmo requerimento a votação favorável de todos os parlamentares que estavam presentes na sessão. A deputada Gleice Jane, a deputada Lia Nogueira, a deputada Mara Caseiro, o deputado Antonio Vaz, o deputado Coronel David, eu, o deputado João César Mattogrosso, o deputado Junior Mochi, o deputado Lidio Lopes, o deputado Londres Machado, até Vossa Excelência votou favorável ao nosso pedido de informações. Então, nós estamos votando a mesma coisa. O que muda? A figura, no caso, o governo. E eu acredito que nós temos de defender, deputado Lidio, o exercício da atividade parlamentar. Nós, na condição de parlamentares, temos que ter conhecimento dessas informações. É muito vergonhoso eu ter de subir a esta tribuna por perceber que o governo tem a intenção de destacar algo para poder derrubar... E a agilidade na votação do pedido de requerimento de informações contra a prefeita demonstra que, talvez, ele tenha a intenção de colocar um candidato contra a prefeita. Ele critica o deputado que sobe à tribuna para cobrar, diz que nós estamos querendo polemizar, que nós estamos querendo trazer política para a tribuna. Com isso ele demonstra que seu jogo é sorrateiro, contraditório, repugnante. Ontem, deputado Lidio, nós aprovamos um projeto do governo do estado que obriga as empresas a investir e contratar em compliance, que é transparência. E, hoje, o governo

orienta sua base a tirar o compliance automático da nossa Casa, da Assembleia, do próprio governo. Quer dizer, "Vamos cobrar compliance das empresas que contratam do governo, mas do governo jamais. Não vamos dar informação". Ora, por quê? Porque está havendo problema, deputado Lidio, o Ministério Público está atuando; e se a nossa Casa não atuar, vai mostrar conivência, covardia. Qual é o problema em conceder informações sobre contratos feitos com recursos públicos? Este é o nosso mister, deputado Lidio Lopes. Nós impetramos dois mandados de segurança em busca de informações, em face do governo, do compliance, por mais contraditório que pareça. A Lei de Acesso à Informação, deputado Lidio, diz: "Artigo 1 - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, com o fim de garantir acesso à informação. Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público..." Hoje, existe um direito fundamental constitucional, que é o acesso à informação de cada cidadão. Se esta Casa, deputado Lidio Lopes, não me der acesso à informação que nós solicitamos, vai demonstrar que o que foi feito aqui para tentar atingir a administração da prefeita foi uma atitude politqueira, covarde; demonstra que está com medo do que vai acontecer ano que vem.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado, quando aquele requerimento contra o município de Campo Grande foi apresentado aqui, eu disse que a Prefeitura não tinha problema algum em responder ao nobre colega deputado Coronel David, mesmo porque a prefeita Adriane Lopes, desde que assumiu o mandato, tem procurado vigiar as empresas que estão sendo investigadas; e as empresas investigadas pelo município são as mesmas empresas que são contratadas pelo estado. E, na ocasião, no momento de votar o requerimento, eu disse que não havia problema algum, que eu votaria, e que a resposta estava sendo preparada. Porém, eu disse o seguinte: "pau que bate em Chico bate em Francisco". Se as empresas estão contratadas no município, estão contratadas no estado. E se elas estão sendo investigadas, são investigadas em todos os aspectos. Então, eu não vejo problema em votar hoje o requerimento apresentado por Vossa Excelência, que trata das mesmas empresas investigadas pelo município. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, restam-lhe dois minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência, deputado Lidio Lopes. Mas eu quero dizer que, segundo o que vi na mídia, a gestão de Campo Grande vai mal; a gestão do governo do estado também vai mal, essa gestão que não tem coragem, que é covarde, que é nefasta, que é nojenta ao não conceder automaticamente o direito à informação. Repito: se a base do governo

derrubar hoje o nosso requerimento, amanhã, podem esperar, eu vou ao Tribunal de Justiça e vou entrar com um mandado de segurança requerendo acesso a essas informações, que devem ser públicas. Nós queremos simplesmente acesso às informações sobre as obras que estão sendo feitas, sobre as medições, sobre o valor que foi pago; queremos a cópia dos contratos, a cópia dos aditivos, das notas de empenho; queremos o envio das medições que foram realizadas até o presente momento. O Tribunal de Contas, o Ministério Público, todo o mundo está em cima dessas obras. Qual é o problema em nos conceder o acesso à informação, que é um direito constitucional fundamental? Um dos maiores princípios que regem os contratos e a administração pública é o da publicidade, que deve estar em harmonia com o da eficiência. Como nós teremos eficiência se não temos acesso a essas documentações? A única coisa a que temos acesso é o carnê de tributos, os quais não param de aumentar. Empresas estão fechando, empregos estão diminuindo. Ninguém aguenta mais pagar tributo em Mato Grosso do Sul. Está pesado. E nós temos de entender se isso está acontecendo porque o estado está empregando mal seus recursos...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir. Não cabem mais apartes.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — E quando nós vamos fazer o nosso dever de Casa, parece que estamos fazendo algo equivocado; mas é muito certo o que estamos fazendo aqui nesta tribuna. Então, peço que Vossas Excelências votem 'sim' no requerimento que fizemos. Obrigado. Desculpe-me, deputado Pedrossian Neto. Meu tempo acabou.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, eu prestei atenção nas falas do nosso colega deputado João Henrique, e quero dizer que é direito e dever dos parlamentares desta Casa exercer a sua prerrogativa de fiscalização. É importante informar corretamente para a população que todos, absolutamente todos os dispositivos do contrato em questão, tal como seu contrato principal, seus aditivos, as notas de empenho, eventuais suplementações, medição, notas fiscais, todos esses elementos se encontram no Portal da Transparência do Estado de Mato Grosso do Sul, que é nota 'A' em transparência. Então, é redundante — e, na realidade, isso tem cara, tem cheiro de proselitismo político — pedir que esta Casa solicite ao governo informações sobre algo que todo cidadão tem acesso no Portal da Transparência. Mas eu quero dizer o seguinte: nós estamos sugerindo a substituição desse mecanismo de obtenção de informações. E quero fazer um convite ao deputado João Henrique. O senhor tem todo o direito de fiscalizar, o senhor tem todo o direito de exercer o seu papel de parlamentar, e o governo do estado, na pessoa do governador Eduardo Riedel, se

for da vontade de Vossa Excelência, poderia recebê-lo juntamente com o secretário de Obras, para que nós pudéssemos conversar e esclarecer todas as dúvidas que Vossa Excelência tem sobre a matéria. E eu e outros parlamentares poderíamos acompanhar a conversa. Penso que seria um gesto que demonstraria a total vontade do governador de deixar claro que não há nada de errado, que não há nada para esconder. E o governador, a Secretaria de Obras e esta Casa poderiam fazer os devidos esclarecimentos a Vossa Excelência, sem que precisemos enviar documento para cá, documento para lá, como se houvesse presunção de culpa...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — A oposição de resistência e a falta de publicidade geram desconfiança. Então, o maior gesto que o governo do estado pode fazer para este parlamentar, de oposição, é responder as informações legais e pertinentes que lhe fiz, dando transparência e aplicando aquilo que prega, compliance. Não pode um governo pregar compliance e por trás da população oferecer resistência. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom, reiterando a nossa posição, em termos de transparência, em termos de abertura, em termos de compliance, tudo isso está absolutamente claro no Portal da Transparência. Eu e Vossa Excelência podemos verificar juntos todos os pontos do requerimento de sua autoria. E reitero que o chefe do Executivo e seu secretário de Obras podem recebê-lo, na presença deste parlamentar e de outros que queiram nos ajudar, para que toda e qualquer dúvida seja devidamente esclarecida. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Para encaminhar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para encaminhar, o líder do bloco, deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Em nome do G-10, eu gostaria de pedir aos nossos deputados que votassem contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Após ouvir o autor do requerimento e após ouvir o nosso competente vice-líder do governo, eu estou

convencido de que é necessário rejeitar este requerimento, porque o que ele pede está no Portal da Transparência. O governo é obrigado a comunicar no Diário Oficial a licitação, os aditivos, colocar tudo no Portal da Transparência. Isso aí tem alguns objetivos, objetivos políticos, que a gente sabe. Por quê? Amanhã o autor do requerimento vai usar essas respostas na campanha. A imprensa diz que ele é um dos competentes candidatos ao cargo de prefeito de Campo Grande, então ele vai usar essas respostas do governo na época da campanha. Não precisa disso. Está tudo na Transparência, basta procurar. Então, após a explicação do nosso vice-líder e da fala do autor, eu quero pedir, pela liderança do governo, que, neste momento, a gente rejeite o requerimento. Nós já aprovamos muitos requerimentos, mas este, não. Por quê? Porque ele tem cheiro de política; há um olhar diferenciado no requerimento dele. Peço, portanto, aos vice-líderes de partidos que também rejeitem o requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Houve um encaminhamento aqui do líder do bloco; mas não há como eu acompanhar essa orientação, porque eu já votei... E respondendo ao deputado Londres Machado, se um requerimento foi aprovado por esta Casa referente a empresas que estão sendo investigadas pelo Ministério Público...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, é pela ordem ou é discussão?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem. Está em discussão, presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão. Pela ordem, só se houver algum questionamento sobre o Regimento.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — OK. Então se é política, é política realmente. Ele direcionou nesse sentido. Se o requerimento ao município de Campo Grande foi eleitoreiro, não há como acompanhar o líder. Vamos votar pelo requerimento, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Pela ordem, presidente. Apenas para registrar minha presença, estou on-line.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrada, deputado. Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que votaram 'não' rejeitam o requerimento. Aqueles que votaram 'sim' aprovam o requerimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu quero declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu ouvi todos os argumentos opostos ao nosso requerimento. Hoje nós estamos desconstruindo o que esta Casa fez. Nós votamos um requerimento idêntico a este, porém, em desfavor da prefeitura. Então, quando o governo quer fazer política... Se é prejudicial, é o governo querendo prejudicar a prefeita? Se é político, é o governo querendo trazer prejuízo político para a prefeita? Nós vamos desfazer o que fizemos a menos de trinta e quatro dias? Isto é covardia, presidente. Eu voto favorável.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Como líder do Bloco 2, eu oriento voto 'não'.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação..

Requerimento nº 4.949/2023, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Não.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Não.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Não.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatro
votos favoráveis...

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela
ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Provavelmente, o deputado Zé
Teixeira votou errado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zé Teixeira, se
o senhor quiser, pode manter ou mudar seu voto.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu votei
corretamente. Achei muito estranho. Se eu puder, eu justifico.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode justificar seu voto.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Acho estranho o governo receber os documentos do parlamentar e não lhe mandar a resposta por escrito. Ora, ou manda a resposta, ou pede para o parlamentar buscar os dados no Portal da Transparência. Então, eu vou me abster do voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado o seu voto. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São três votos favoráveis, quinze votos contrários e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está rejeitado o requerimento. Agora, vamos votar o requerimento do deputado Rafael Tavares. Requerimento nº 5.535/2023. Autor: deputado Rafael Tavares. "Solicita ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, senhor Carlos Videira, informações sobre grupos de acampados que bloquearam a rodovia MS-163, bem como as providências adotadas pela administração estadual para apresentação e punição dos participantes, o envio de informações, indicação, medidas que estão sendo adotadas quanto ao Movimento Popular de Lutas (MPL), informações sobre a ligação de membros de organizações com parlamentares filiados ao Partido dos Trabalhadores. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de solicitar à base do governo, da qual fazem parte a deputada Gleice Jane, o deputado Zeca do PT e eu, que nós rejeitássemos este requerimento, porque o autor, no Item 2, está vinculando o Partido dos Trabalhadores a um movimento que bloqueou as estradas; um movimento que nós não conhecemos, sobre o qual nunca ouvimos falar, o qual foi chamado de terrorista pelo autor. Então, esta Casa deve rejeitar este requerimento, porque pela segunda vez o deputado tenta vincular o Partido dos Trabalhadores a movimentos terroristas. Primeiro foi ao Hamas, agora a esse movimento que bloqueou estradas. Então, eu peço a solidariedade dos colegas deputados e deputadas, para que nós rejeitemos este requerimento, porque é uma irresponsabilidade do deputado tentar vincular esse movimento ao Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PMDB) — Como líder do Bloco G-10, eu oriento o voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Como líder do Bloco-2, oriento o voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Líder do governo?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Senhor presidente, o governo não tem nada com isso. Isso é coisa da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária, enfim. O deputado quer saber quem está ligado a isso aí. Isso não é problema do nosso governador. Entendeu? O deputado tem de encaminhar tal requerimento a outras pessoas, não ao governo. Então, o requerimento está mal formulado. O governador Riedel, por meio da sua força segurança, claro, está tratando disso; mas assuntos relativos à segurança não podem ser abertos a todo o mundo. Isso é coisa da Polícia Rodoviária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está em discussão, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Este requerimento trata de duas questões. Uma é que, a meu ver, é absolutamente legítimo o pedido de informações, até para que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública investigue o movimento que fez a paralisação das rodovias. Penso que o parlamentar está no direito de fazer tal solicitação. Agora, acho que o requerimento está prejudicado por conta do segundo item, no qual o deputado solicita que a Sejusp investigue parlamentares desta Casa. E aí eu vou ter de ler a Constituição. "Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul. Artigo 57 - os deputados são invioláveis no exercício de seu mandato por suas opiniões, palavras e votos. Parágrafo 3º - no caso de flagrante crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto secreto da maioria dos seus membros, delibere sobre a prisão e autorize ou não a formação de culpa." Então, a responsabilidade de imputar ou não crimes a um parlamentar é desta Casa. Nós não podemos, sob o risco de distorcermos a Constituição do nosso Estado, pedir que a Sejusp fiscalize e apure a existência ou não de culpa de parlamentar. Eu não estou julgando o parlamentar ou cor partidária. Mas esse requerimento é uma flagrante violação da Constituição do nosso Estado. Então, peço ao

deputado Rafael Tavares que reformule o requerimento e que mantenha apenas o primeiro item, que pede informações sobre o movimento. Acho que aí sim o parlamentar tem direito. Quanto ao segundo item, pedir que a Sejusp investigue parlamentares viola a prerrogativa da Assembleia Legislativa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, nós temos que analisar o que faz o governo do estado. Naqueles acampamentos dos manifestantes havia empresários, famílias, patriotas, trabalhadores, produtores rurais, a força do agro, enfim. E parlamentares federais e estaduais queriam saber quem eram aquelas pessoas, para investigar, para fiscalizar, inclusive para ver se havia parlamentares ligados aos manifestantes. Eu sei disso porque respondo a três inquéritos na Polícia Federal. E quem foi lá coletar informações foi o estado de Mato Grosso do Sul. A força de fiscalização da Secretaria de Segurança, quando há terroristas do campo bloqueando rodovias para fazer o agro parar, tem de ser acionada por esta Casa. E se houver parlamentares vinculados a algum desses movimentos, isso precisa ser apurado. Eu defendo, deputado Pedrossian Neto, a tese de que nós somos invioláveis, mas quem pode sustentar ou derrubar essa inviolabilidade é esta Casa. Então nós temos que ter acesso às informações, e ao mesmo tempo nós temos que ter o mesmo tratamento. Nós temos famílias, temos pessoas com Bíblia, que sofreram penas de quinze, dezessete, dezoito anos. Um terrorista, um marginal que para uma rodovia, que invade o campo, nunca vai receber uma pena como essa, infelizmente. E nós estamos fazendo o mesmo esforço, com o requerimento do deputado Rafael Tavares. Então, quero pedir vênica para que votemos favoráveis ao requerimento do deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Presidente, apenas para responder ao deputado Pedro Kemp. O questionamento, de forma objetiva, referente ao Partido dos Trabalhadores deve-se ao fato de o líder do movimento, o senhor Jonas, ser filiado e inclusive já ter sido candidato pelo Partido dos Trabalhadores. Por isso a gente está apresentando esse questionamento, e queremos uma resposta. Queremos saber que tipo de ligação o partido tem com esse movimento terrorista, que bloqueia estradas de Mato Grosso do Sul. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se já tem informação, para que pedir informação?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom, o deputado já revelou ali que tem as informações de que precisa. Eu não sei quem é o líder do movimento, eu também não o conheço. Mas eu gostaria de sugerir ao deputado que, quando ele quiser solicitar informações sobre parlamentares do partido, que pergunte a nós, diretamente. Eu sei muito mais das minhas ações do que o governador. Acho que a gente consegue fortalecer a democracia com um diálogo fraterno e um debate sincero. Acho que o governador não tem tempo a perder e não está preocupado com a nossa vida particular ou como a nossa atuação. Quero dizer que eu vou votar contra, porque acho que este requerimento não tem o menor fundamento legal e nem necessidade política. E quero dizer ao deputado que, se ele quiser saber alguma coisa, pergunte para mim e para o deputado Pedro Kemp, que nós teremos o maior prazer em fazer um debate sincero, fraterno e democrático. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que votarem 'não', votarão contra o requerimento. Aqueles que votarem 'sim', votarão a favor do requerimento de informações.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, presidente. Na mesma seara do deputado Pedrossian Neto, acho de extrema importância o Item 1 do requerimento. Que haja uma investigação. Que as pessoas que impedem o direito de ir e vir recebam as devidas sanções. A gente não é contra a reforma agrária, somos a favor de uma reforma agrária legal, sem o cometimento de atos ilegais, como invasões ou bloqueios de estradas. Quero dizer que, se fosse só o Item 1, eu estaria totalmente a favor. Eu até tentei falar com o deputado Rafael Tavares sobre isso. Mas acho que o Item 2 invade competências. Por isso, eu votei não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Requerimento nº 5535/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Não.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Abstenção.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Não.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Não.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos contrários, dois votos favoráveis e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Rejeitado o requerimento.
Arquive-se. Não há moções de pesar. Encerrado a Ordem do Dia. Lembrando, senhores deputados, que, hoje, temos a manifestação externa, conforme solicitação da deputada Gleice Jane, da presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, senhora Ana Cláudia Gomes, que discorrerá sobre assuntos de interesse dos servidores

da nossa Casa de Leis e sobre o Dia do Servidor Público. Convido a deputada Gleice para vir à mesa. Convido a presidente do Sisalms para fazer uso da palavra. A senhora dispõe de quinze minutos para sua manifestação...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu estava aqui conversando com meu assessor e notei que me enganei ao votar o requerimento do deputado Tavares. Portanto, eu quero corrigir meu voto. Eu vou mandar um ofício para Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor votou 'não'?... Está registrado, deputado. Com a palavra, a senhora Ana Cláudia Gomes. Está suspensa a Sessão. [11h41min].

SENHORA ANA CLÁUDIA GOMES (presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul) — Bom dia a todos! Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, na pessoa do presidente, deputado Gerson Claro; e assim estendo as saudações a todos aqui presentes e aos deputados que compõem o Parlamento sul-mato-grossense. Um especial agradecimento à deputada Gleice Jane, que fez o requerimento para que hoje eu pudesse estar aqui representando o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa - Sisalms. A razão de eu estar aqui hoje é a já conhecida data que celebra o servidor público. No dia 28 de outubro, o Brasil dedica seus agradecimentos às pessoas que optaram por servir ao público, por construir uma carreira voltada às necessidades da população, que são, em regra, atribuições do Estado. Segurança, saúde, educação acontecem pelas mãos dos servidores, são também esses colaboradores responsáveis pelo andamento de todo o serviço público que opera a máquina estatal. O espaço requerido aqui é, em especial, dedicado ao servidor público da Assembleia Legislativa. Eu sou servidora pública, com muito orgulho, sou redatora e revisora desta Casa de Leis. Todos nós, os que hoje trabalham para o Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul e os que já fizeram a sua contribuição e se aposentaram, somos responsáveis pela movimentação deste Parlamento, que se coloca a serviço da população. E é dever dos gestores da Assembleia Legislativa, principalmente da presidência e da Mesa Diretora, valorizar o capital humano que este Parlamento possui. Palavras de congratulações e incentivos são necessárias, e bem-vindas, mas não bastam; é preciso atitudes concretas e exequíveis, deputada e deputados. Na extensa e corrida rotina do mandato parlamentar de Vossas Excelências, por vezes os direitos e as melhorias para os servidores desta Casa podem perder a prioridade. Vemos ricos e merecidos debates em defesa de tantas carreiras de outros Poderes e órgãos, mas pouco presenciamos os senhores vindo a esta tribuna reivindicar melhorias para os servidores da própria Assembleia Legislativa. Por isso, é necessário que nós servidores nos unamos e lutemos por melhorias. É este o papel do sindicato. O sindicato pode, e deve, ir muito além do que negociar reajustes anuais. O sindicato, como ferramenta de enfrentamento coletivo, tem como intuito garantir uma crescente e contínua melhoria nas condições de trabalho e de vida. O Sindicato existe para representar. Assim como os senhores são

eleitos para representar o povo sul-mato-grossense, o Sisalms elege representantes para representar os servidores públicos deste órgão. Afinal, quem é a pessoa mais qualificada para falar das necessidades e expectativas do servidor do que o próprio servidor? Por isso, é necessário ouvir e dialogar. O diálogo é, e sempre será, a melhor forma de abordagem dos temas controversos que permeiam nossas pautas de reivindicação. Em nossa gestão, primamos pelo saudável diálogo e pela transparência. Não à toa, pedimos por meio de ofícios a cada um dos vinte e quatro deputados a oportunidade de apresentar oficialmente a nossa diretoria, apresentar a realidade dos servidores deste Poder, e apresentar as nossas pautas. Fomos recebidas por quase todos, e ainda aguardamos a chance de nos reunirmos com os que ainda não conseguiram uma agenda disponível. Fazemos questão disso, pois as decisões em relação aos servidores da Assembleia Legislativa são colegiadas. E como é que os senhores podem votar leis, assinar atos administrativos que afetam a vida dos servidores, sem ouvi-los, sem conhecer a nossa realidade e nossas necessidades. Um exemplo da importância desse diálogo foi a criação do auxílio saúde este ano, uma reivindicação antiga do Sisalms. O sindicato solicitou a criação do auxílio à saúde para todos os servidores, ativos e inativos, no valor de mil e quinhentos reais. Porém, os senhores deputados só nos atenderam parcialmente, pois foi concedido um auxílio de quinhentos reais somente aos servidores inativos que recebem até seis salários mínimos. Todos sabemos o alto custo da saúde neste país. Não só o acesso a consultas e exames, mas também a possibilidade de adquirir medicamentos podem definir uma vida. E os senhores sabem muito bem da importância deste aporte, para termos e darmos às nossas famílias dignidade na saúde. Tanto sabem que, no início deste ano, a Mesa Diretora publicou o ato que reajusta os valores da assistência à saúde parlamentar; ou seja, que aumenta o valor do auxílio saúde pago a todos os vinte e quatro senhores deputados. Reconhecemos que o pequeno acréscimo do auxílio saúde de quinhentos reais aos salários de uma parte dos servidores aposentados deste Poder significou um alento, diante da injusta cobrança previdenciária de 14% sobre o valor da aposentadoria dos servidores deste estado, cobrança aprovada por esta Assembleia Legislativa, que pegou todos eles de surpresa, reduzindo significativamente o poder financeiro dos inativos. Isso se deu de forma sem critério, atingindo até quem ganha o valor de um salário mínimo. Aliás, em muitos estados, como São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, entre outros, essa barbárie teve fim por meio da união e coragem de parlamentos que pressionaram o Executivo, detentor da iniciativa da lei, para abolir esse desconto injusto e imoral. Deputados, não podemos nos esquecer desses servidores. Espero voltar a esta tribuna para enaltecer Vossas Excelências por terem finalmente feito justiça aos aposentados e pensionistas. Assim como hoje pensamos para nós em um auxílio saúde condizente, amanhã estaremos a receber os proventos da nossa aposentadoria. E nossa aposentadoria é um futuro que, infelizmente, nos deixa preocupados e nos força, muitas vezes, a procurar acrescer o valor dos nossos proventos por meio de previdência complementar. A previdência é uma questão tão latente, que os senhores deputados, inclusive, apresentaram, semana passada, o Projeto de Lei nº 297, que institui o plano de previdência aos senhores deputados, com aportes dos recursos públicos da Assembleia Legislativa. Fechando o assunto que envolve a saúde dos servidores, bem como a dignidade da inatividade, falemos da saúde financeira da Assembleia. A transparência nos mostra que esta gestão e as gestões anteriores administraram o duodécimo constitucional de forma austera e competente. As análises dos últimos Relatórios de Gestão Fiscal mostram que os gastos da ALEMS

com servidores estão muito distantes de atingir o limite de alerta imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos, sem dúvida, saúde financeira. O último RGF, referente ao segundo quadrimestre deste ano, publicado no Diário Oficial no dia 25 de setembro, nos mostra uma porcentagem sobre a receita corrente líquida ajustada de 0,97%, em face a um limite de alerta de um ponto 1,51%. Temos lastro. Temos lastro para investir no nosso material humano. Após uma necessária e louvável reforma estrutural pela qual a Casa passou, precisamos agora investir no nosso material humano. Há necessidade de um novo concurso. Os servidores efetivos da Alems, em sua grande maioria, já estão aposentados, e os servidores que ingressaram na Alems por meio do único concurso público realizado até então já não são muito mais do que a metade. Os servidores estão deixando a Assembleia de Mato Grosso do Sul. A razão desta debandada encontra-se no pilar que sustenta a vida institucional de todos: o Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos, que é a Lei nº 4.090/2011. Esse pilar legal não permite uma sustentação sólida e firme. Nossos colegas deixaram a Assembleia porque encontraram em outros órgãos, ou até na iniciativa privada, a segurança que não visualizaram aqui. Precisamos, sim, de novo concurso; mas, antes, é necessário um novo Plano de Cargos e Carreira, um documento mais moderno, que torne a carreira do Legislativo estadual mais atrativa para trazer, e reter, um corpo técnico permanente, competente, que possa contribuir para a manutenção da excelência dos serviços da Alems. Vale lembrar que, como consta do documento apresentado aos senhores deputados nas visitas que fizemos, o minucioso levantamento realizado pelos dirigentes do Sisalms revela que o salário-base dos servidores da Assembleia é significativamente inferior ao dos órgãos do complexo do Parque dos Poderes, excetuando o do Executivo, que tem suas especificidades. Em reuniões realizadas no primeiro semestre deste ano, a presidência da Alems e a Secretaria de Recursos Humanos se mostraram favoráveis à construção do novo Plano; e o Sisalms já solicitou formalmente ao presidente Gerson Claro a instituição de uma Comissão de Reforma do Plano de Cargos e Carreira. E conforme acordado, o Sisalms já indicou um representante para a formação dessa comissão, pois é impensável uma reforma dessas sem a participação dos legítimos representantes dos servidores. Aguardamos ansiosos a publicação do ato que instituirá o grupo responsável pelas novas e modernas diretrizes de carreira estatutárias. Certo, deputados? Existe uma certa urgência nesta questão, não só pela necessidade do novo concurso, mas pela efetivação de direitos, previstos, adquiridos, e não executados, dos servidores efetivos que estão aqui na ativa. Este é o caso da meritocracia, instituto de reconhecimento previsto na Lei nº 4.090 e regulamentado em ato da Mesa Diretora em 2012. Com o atual Plano, combinado com o Estatuto do Servidor, esse direito é irrealizável. Bom, esses são alguns dos muitos pontos nos quais precisamos avançar para valorização real dos servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Estamos abertos ao diálogo. Recebemos, cordialmente, todos os cumprimentos dirigidos a nós em comemoração ao Dia do Servidor Público e compartilhamos esses bons votos com todos os nossos colegas; mas desejamos concretude dos atos e materialização das ações, para que os servidores sejam reconhecidos e valorizados além dessa data. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul tem orçamento próprio, tem prerrogativa para instituir e aprovar as suas próprias leis. Então, eu encerro a minha fala aqui nesta honrada tribuna com uma pergunta: o que as senhoras deputadas e os senhores deputados têm feito, e vão fazer, de concreto pela valorização desta Casa de Leis? Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Esta presidência agradece à senhora Ana Cláudia Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, por seu pronunciamento. Está reaberta a presença de Sessão [11h56min]. As deputadas presentes gostariam de fazer alguma consideração? Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero parabenizar a Ana Cláudia, presidenta do Sisalms e reforçar a importância da luta coletiva dos servidores e das servidoras. Eu costumo dizer, porque também sou sindicalista, porque venho desse lugar de luta, lugar do trabalhador e da trabalhadora que sabe que nós não temos nenhum direito que não tenha sido conquistado por meio de luta. Nenhum direito a nós trabalhadores e trabalhadoras veio sem união, debate e trabalho coletivo. Quero parabenizar a Ana Cláudia por este momento e reforçar que a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras é uma só. E nós precisamos crescer coletivamente. A luta dos servidores da Alems é a mesma de todos os servidores públicos do estado do Mato Grosso do Sul, bem como dos trabalhadores da iniciativa privada. É importante que a gente sempre se reconheça como trabalhadoras e trabalhadores. O fato de eu ser deputada, hoje, não me dá o direito de não me colocar também nesse lugar de trabalhadora, de servidora pública. E é importante também que a gente reforce o que a Ana Cláudia coloca aqui para gente: a negociação coletiva no serviço público. Hoje, nós não temos uma lei que exige a negociação coletiva no serviço público. E por isso a gente tem enfrentado dificuldade em todas as categorias, e em todos os segmentos. Eu acho que o Sindicato da Alems precisa se juntar aos demais sindicatos do nosso estado e aos sindicatos de outros estados. Agora que nós estamos, inclusive, fazendo um debate sobre a reforma sindical, é importante que esta pauta seja colocada como prioridade. E, a partir disso, a gente comece a avançar de forma mais qualificada. Porque hoje a gente fica na seguinte situação: se o governo quiser conversar, conversa; se não, não conversa. A gente tem essa dificuldade. Mas é importante a gente fortalecer essa luta e reforçar a necessidade de fazermos o embate sobre os 14% relativos à previdência dos servidores aposentados. Isso tem sido bastante debatido aqui na Assembleia. Acho que há um consenso por parte dos deputados e das deputadas no sentido de que é preciso rever isso. O Poder Legislativo e o Poder Executivo precisam se unir nessa luta. Quero dizer que nós estamos à disposição do serviço público e em especial do Sisalms. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Obrigado, deputada Gleice Jane. Eu gostaria de registrar a presença dos vereadores Anderson Cardoso, de Chapadão do Sul; do Evaldo Carlos de Souza, do Richarlison Prates, do Candi Filho, de Mundo Novo; e do secretário de Saúde de Mundo Novo, Fábio Donatto. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (12h).